



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as condições e especificações técnicas para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, os quais se encontram instalados nas dependências do prédio sede e de todos os escritórios locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre (EMATER/AC). Esta contratação visa assegurar o pleno e contínuo funcionamento dos sistemas de climatização, garantindo a salubridade, o conforto térmico e a qualidade do ar nos ambientes de trabalho, bem como prolongar a vida útil dos equipamentos, conforme as normativas técnicas e ambientais aplicáveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta demanda fundamenta-se em uma série de premissas essenciais para a continuidade e a qualidade das atividades desenvolvidas pela EMATER/AC. A necessidade da manutenção dos aparelhos de ar-condicionado transcende a mera conveniência, configurando-se como um requisito básico para a consecução dos objetivos institucionais e para o bem estar de seus colaboradores e do público atendido.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

3.1. A operação ininterrupta e eficiente dos sistemas de climatização é um pilar fundamental para a manutenção de um ambiente de trabalho produtivo e salubre. Atualmente, os equipamentos de ar-condicionado instalados na EMATER/AC, tanto na sua sede quanto nos diversos escritórios locais, apresentam uma necessidade imperiosa de manutenção periódica, seja ela de caráter preventivo para evitar falhas futuras, seja corretivo para restabelecer a funcionalidade de unidades já comprometidas. A ausência de manutenção contínua poderá resultar, em falhas operacionais significativas, incluindo a ineficiência no resfriamento, a completa inoperância de algumas unidades e a consequente degradação da qualidade do ar nos ambientes climatizados. Essas falhas não apenas geram desconforto para os servidores e para os cidadãos que buscam os serviços da EMATER/AC, mas também representam um risco substancial à saúde e ao bem-estar, dada a possibilidade de proliferação de microrganismos e acúmulo de poeira e alérgenos nos filtros e dutos. O desconforto resultante de ambientes inadequadamente climatizados pode levar a uma queda considerável na produtividade dos colaboradores, ao aumento do absenteísmo por motivos de saúde e à diminuição da qualidade do atendimento prestado à população, comprometendo diretamente a missão institucional da EMATER/AC. Adicionalmente, conforme destacado nos documentos que originaram esta contratação, a proximidade do período de verão no Acre, caracterizado por temperaturas elevadas e condições climáticas que intensificam a sensação térmica, torna ainda mais urgente a garantia do pleno funcionamento dos sistemas de climatização. A inação neste cenário acarretaria um agravamento das condições de trabalho e de atendimento, com potencial para gerar interrupções nas atividades administrativas e de extensão rural devido ao insuportável desconforto térmico. A manutenção adequada dos equipamentos é também uma medida estratégica para preservar o investimento público realizado na aquisição desses ativos, prolongando sua vida útil e postergando a necessidade de futuras e mais onerosas substituições. A contratação de uma empresa especializada é, portanto, indispensável para mitigar esses riscos, garantir a continuidade das atividades da EMATER/AC e



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

proporcionar ambientes adequados e saudáveis a todos.

3.2. Alinhamento com o Planejamento Institucional

3.3. A presente contratação encontra-se em perfeita consonância com o planejamento estratégico e operacional da EMATER/AC, estando expressamente prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) da instituição para o exercício de 2026, conforme detalhado no Documento de Oficialização da Demanda. Este alinhamento demonstra o caráter planejado e prioritário da demanda, que não se trata de uma necessidade emergencial isolada, mas de uma ação integrada à gestão de recursos e à estratégia de otimização de infraestrutura da Empresa. As metas de planejamento estratégico a serem alcançadas com a efetivação desta contratação são multifacetadas e de grande relevância. Além disso, esta contratação visa promover uma melhoria tangível no conforto térmico para todos os colaboradores e usuários da EMATER/AC, assegurando que os ambientes de trabalho permaneçam climatizados com temperaturas ideais durante todo o horário comercial, especialmente no período de verão, de temperaturas mais elevadas. A manutenção preventiva e corretiva também terá um impacto direto na qualidade do ar, garantindo a limpeza e higienização dos filtros e componentes dos aparelhos, o que é vital para a saúde respiratória e para a prevenção de doenças.

3.4. Fundamentação Legal

3.5. A presente contratação pública, de serviços especializados em manutenção de aparelhos de ar-condicionado está em consonância com as diretrizes aplicáveis à Administração Pública, o processo licitatório para a consecução do objeto deste Termo de Referência será conduzido sob a égide da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Regulamento de Licitações e Contratos nº 01, de abril de 2024 e Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023.

3.6. Modalidade

3.7. A escolha do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória, combinada com o Sistema de Registro de Preços (SRP), é a abordagem mais adequada e eficiente para esta demanda. O Pregão Eletrônico, caracterizado por sua agilidade e pela inversão de fases, permite a obtenção das propostas mais vantajosas para a Administração, maximizando a competitividade entre os licitantes e a economicidade na contratação. A natureza do serviço a ser contratado manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado – o qual se enquadra na definição de serviço comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado, o torna perfeitamente compatível com esta modalidade. O Sistema de Registro de Preços, por sua vez, é particularmente vantajoso para a contratação de serviços de demanda contínua e parcelada, como é o caso da manutenção de equipamentos dispersos em diversas localidades e cuja necessidade de intervenções corretivas pode variar ao longo do tempo. A utilização do SRP permite à EMATER/AC adquirir os serviços de forma gradual, conforme a real necessidade e a disponibilidade orçamentária, evitando o comprometimento de recursos com volumes de serviço que poderiam não ser integralmente utilizados, ao mesmo tempo em que garante a disponibilidade dos serviços por um período determinado. Esta sistemática proporciona flexibilidade na gestão do contrato e otimização dos recursos públicos. A adoção do Sistema de Registro de Preços, no âmbito do Estado do Acre, também será regida pelo Decreto Estadual nº 11.363, de 21 de dezembro de 2023, que regulamenta os procedimentos para a utilização do SRP, garantindo a conformidade com a legislação local e a observância dos



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

princípios da Administração Pública.

3.8. **Critério de Julgamento**

3.9. Menor preço por lote

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

4.1. O objeto desta contratação abrange a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em todos os aparelhos de ar-condicionado instalados nas dependências da EMATER/AC, tanto na sua sede administrativa em Rio Branco quanto nos escritórios locais distribuídos pelo estado do Acre. A execução dos serviços deverá ser realizada por empresa especializada, com equipe técnica devidamente qualificada, empregando as melhores práticas do mercado e em estrita observância às normas técnicas e de segurança vigentes.

4.2. **Generalidades**

4.3. Os serviços contratados englobarão duas modalidades distintas, mas complementares: a manutenção preventiva, de caráter programado e com o objetivo de evitar falhas e prolongar a vida útil dos equipamentos; e a manutenção corretiva, de caráter não programado, destinada a restaurar a funcionalidade de aparelhos que apresentem defeitos ou interrupções de funcionamento. Ambas as modalidades deverão ser executadas com a máxima eficiência, qualidade e agilidade, minimizando o impacto nas atividades da EMATER/AC e garantindo o conforto térmico e a qualidade do ar dos ambientes.

4.4. **Manutenção Preventiva**

4.5. A manutenção preventiva consiste em um conjunto de ações programadas e regulares, destinadas a inspecionar, limpar, ajustar e testar os componentes dos aparelhos de ar-condicionado, com a finalidade precípua de prevenir falhas, reduzir desgastes, otimizar o desempenho energético e assegurar a qualidade do ar interno. A periodicidade ideal para a manutenção preventiva será definida em cronograma a ser acordado com a Contratada, mas sugere-se uma frequência mínima trimestral, podendo ser ajustada conforme as características de uso e ambiente de cada equipamento. Entre os procedimentos mínimos a serem executados na manutenção preventiva, destacam-se: a limpeza completa dos filtros de ar, das serpentinas do evaporador e condensador, da bandeja de dreno e do sistema de drenagem; a verificação e, se necessário, o ajuste da carga de fluido refrigerante (gás); a inspeção e lubrificação dos motores dos ventiladores (evaporador e condensador); a verificação de todas as conexões elétricas e mecânicas, incluindo bornes, cabos e fixações, para identificar e corrigir eventuais folgas ou oxidações; a medição das tensões e correntes elétricas dos equipamentos; a limpeza e desinfecção das aletas e da carenagem dos aparelhos; a verificação do funcionamento do controle remoto e de todos os modos de operação (resfriamento, ventilação, desumidificação); a verificação da isolamento térmica das tubulações. Todos os produtos de limpeza e sanitização utilizados deverão ser biodegradáveis e aprovados para uso em sistemas de climatização, garantindo a segurança dos ocupantes dos ambientes e a preservação do meio ambiente.

4.6. **Manutenção Corretiva**

4.7. A manutenção corretiva será acionada sempre que um aparelho de ar-condicionado apresentar falhas, defeitos ou interrupções em seu funcionamento normal, que não puderam ser evitados pela manutenção preventiva. Esta modalidade de serviço implica o diagnóstico da causa do problema, o reparo ou a substituição de



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

componentes danificados e o restabelecimento completo da funcionalidade do equipamento. Os prazos de atendimento para a manutenção corretiva serão categorizados com base na gravidade da falha. Para casos considerados emergenciais, que comprometam significativamente o funcionamento de setores críticos ou o bem-estar dos ocupantes (e.g., paralisação total do aparelho em área sem ventilação alternativa), o tempo máximo de resposta para a chegada da equipe técnica ao local deverá ser de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, a partir da notificação. Para falhas de menor urgência, que não impeçam completamente o uso do ambiente ou não representem risco iminente, o prazo de resposta deverá ser de até 48 (quarenta e oito) horas úteis. Os serviços de manutenção corretiva incluirão: o diagnóstico preciso da falha; o fornecimento e a substituição de quaisquer peças, componentes ou materiais que se mostrarem necessários ao reparo, os quais deverão ser novos, originais ou de qualidade equivalente, com garantia de fábrica; a execução do reparo e dos testes de funcionamento para assegurar o pleno restabelecimento do equipamento; a limpeza pós-serviço para remover quaisquer resíduos resultantes da intervenção; e a emissão de relatório técnico detalhado sobre a intervenção realizada.

4.8. Relação de Equipamentos

4.9. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão ser divididos em lotes, por município, sendo os lotes correspondentes, conforme a seguir: Lote 1 - Rio Branco; Lote 2 - Senador Guiomard; Lote 3 - Bujari; Lote 4 - Feijó; Lote 5 - Sena Madureira; Lote 6 Brasília; Lote 7- Manoel Urbano; Lote 8 - Xapuri.

LOTE I - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS EM EQUIPAMENTOS DE ARES CONDICIONADOS EM RIO BRANCO								
	EQUIPAMENTOS ELGIN E ELETROLUX				PERÍODOS	VALORES		
Item	Tipo	Capacidade Nominal (BTU'S) - Condensadora	Capacidade Nominal (BTU'S) - Evaporadora	Quantidade de equipamentos	Periodicidade de	Quantidade de manutenções	Valor Uni.	Valor Total
1	ECOINVERTER	18.000	18.000	14	TRIMESTRAL	56		
2	ECOINVERTER	30.000	30.000	40		160		
3	ECOINVERTER	60.000	60.000	06		24		
Valor Total: R\$								
Lote II - Serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em equipamentos de ares condicionados Em SENADOR GUIOMARD								
	EQUIPAMENTOS ELGIN E ELETROLUX				PERÍODOS	VALORES		

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

Item	Tipo	Capacidade Nominal (BTU'S) - Condensadora	Capacidade Nominal (BTU'S) - Evaporadora	Quantidade de equipamentos	Periodicidade de	Quantidade de manutenções	Valor Uni.	Valor Total
4	ECOINVERTER	18.000	18.000	02	TRIMESTRAL	8		
5	ECOINVERTER (ELETROLUX)	18.000	18.000	04		16		

Valor Total: R\$**Lote III - Serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em equipamentos de ares condicionados Em BUJARI**

EQUIPAMENTOS ELGIN E ELETROLUX					PERÍODOS	VALORES		
Item	Tipo	Capacidade Nominal (BTU'S) - Condensadora	Capacidade Nominal (BTU'S) - Evaporadora	Quantidade de equipamentos	Periodicidade de	Quantidade de manutenções	Valor Uni.	Valor Total
6	ECOINVERTER	18.000	18.000	02	TRIMESTRAL	8		
7	ECOINVERTER (ELETROLUX)	18.000	18.000	02		8		

Valor Total: R\$**Lote IV- Serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em equipamentos de ares condicionados Em FEIJÓ**

EQUIPAMENTOS ELGIN E ELETROLUX					PERÍODOS	VALORES		
Item	Tipo	Capacidade Nominal (BTU'S) - Condensadora	Capacidade Nominal (BTU'S) - Evaporadora	Quantidade de equipamentos	Periodicidade de	Quantidade de manutenções	Valor Uni.	Valor Total

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

8	ECOINVERTER	12.000	12.000	02	TRIMESTRAL	8		
9	ECOINVERTER (ELETROLUX)	12.000	12.000	02		8		
Valor Total: R\$								
Lote V- Serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em equipamentos de ares condicionados Em SENA MADUREIRA								
	EQUIPAMENTOS ELGIN E ELETROLUX				PERÍODOS	VALORES		
Item	Tipo	Capacidade Nominal (BTU'S) - Condensadora	Capacidade Nominal (BTU'S) - Evaporadora	Quantidade de equipamentos	Periodicidade de	Quantidade de manutenções	Valor Uni.	Valor Total
10	ECOINVERTER (ELETROLUX)	12.000	12.000	04	TRIMESTRAL	16		
11	ECOINVERTER (ELETROLUX)	24.000	24.000	06		24		
12	ECOINVERTER	30.000	30.000	03		12		
Valor Total: R\$								
Lote VI- Serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em equipamentos de ares condicionados Em BRASILÉIA								
	EQUIPAMENTOS ELGIN E ELETROLUX				PERÍODOS	VALORES		
Item	Tipo	Capacidade Nominal (BTU'S) - Condensadora	Capacidade Nominal (BTU'S) - Evaporadora	Quantidade de equipamentos	Periodicidade de	Quantidade de manutenções	Valor Uni.	Valor Total

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

13	ECOINVERTER (ELETROLUX)	9.000	9.000	03	TRIMESTRAL	12		
14	ECOINVERTER (ELETROLUX)	12.000	12.000	04		16		

Valor Total: R\$**Lote VII- Serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em equipamentos de ares condicionados Em MANOEL URBANO**

EQUIPAMENTOS ELGIN E ELETROLUX					PERÍODOS	VALORES		
Item	Tipo	Capacidade Nominal (BTU'S) - Condensadora	Capacidade Nominal (BTU'S) - Evaporadora	Quantidade de equipamentos	Periodicidade de	Quantidade de Manutenções	Valor Uni.	Valor Total
15	ECOINVERTER (ELETROLUX)	12.000	12.000	04	TRIMESTRAL	16		
16	ECOINVERTER	24.000	24.000	04		16		

Valor Total: R\$**LOTE VIII - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS EM EQUIPAMENTOS DE ARES CONDICIONADOS EM XAPURI**

EQUIPAMENTOS ELGIN E ELETROLUX					PERÍODOS	VALORES		
Item	Tipo	Capacidade Nominal (BTU'S) - Condensadora	Capacidade Nominal (BTU'S) - Evaporadora	Quantidade de equipamentos	Periodicidade de	Quantidade de Manutenções	Valor Uni.	Valor Total
17	ECOINVERTER	24.000	24.000	04	TRIMESTRAL	16		

Valor Total: R\$



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

TOTAL GERAL DA PROPOSTA LOTE I + LOTE II + LOTE III + LOTE IV + LOTE V + LOTE VI + LOTE VII + LOTE VIII	R\$
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REQUIRIDOS	
SERVIÇOS DE MANUTANÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS EM EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO	
TRIMESTRAL	



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

FILTRO DE AR

- Limpar o elemento filtrante ou substituir em casos de avarias;
- Verificar danos e corrosão do suporte e existência de frestas;
- Verificar e corrigir o ajuste da moldura do filtro na estrutura;

EVAPORADOR

- Lavar e remover biofilme com produto biodegradável;
- Verificar a existência de danos e corrosão no aletado e moldura;

GABINETE

- Verificar as obstruções nas entradas e saídas de ar;
 - Lavar externamente;
- Verificar a vedação dos painéis de fechamento, fixação e danos, substituindo, se necessário;
 - Verificar e eliminar ruídos anormais e/ou vibrações;
 - Verificar o mecanismo de renovação de ar;
 - Verificar botoeira, knobs, etc. e repor, se necessário;
 - Verificar atuação do termostato e chave seletora;

CONDENSADOR

- Lavar e remover incrustações
- Verificar a existência de danos e corrosão no aletado e moldura;

COMPRESSOR

- Verificar fixação e vibrações ou ruídos anormais;
- Verificar o aterramento;

REDE FRIGORÍGENA

- Verificar e corrigir vazamento de gás, se necessário;

Medições

- Tensão, comparar com a nominal;
- Corrente, comparar com a nominal;
 - Temperatura de retorno do ar;
 - Temperatura de insuflamento;

ELÉTRICA

- Verificar e eliminar fios mal encapados;
- Verificar disjuntores, tomadas, plugs e rabichos.

5. VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. O valor estimado para a contratação pretendida é de R\$ devendo, o referido valor ser sigiloso a partir da publicação do Edital.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

6.2. Sede da EMATER/AC em Rio Branco, Núcleo Escritório Local do Bujari; Núcleo Escritório Local de Feijó; Núcleo Escritório Local de Sena Madureira; Núcleo Escritório Local de Brasileia; Núcleo Escritório Local Senador Guimard; Núcleo Escritório Local de Manuel Urbano e Núcleo Escritório Local de Xapuri; no horário de expediente da Contratante.

6.3. PRAZO PARA INICIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.4. 10 (dez) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

6.5. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.6. Por meio desta contratação, serão prestados serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos que estão listados na tabela acima, por demanda, instalados na Sede da EMATER/AC e nos Escritórios locais integrantes da Emater/AC, devendo a execução dos serviços atender a periodicidade solicitada pela CONTRATANTE e ser realizada sempre que ocorram fatos que determinem intervenções eventuais. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva contratados incluem o fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo (solventes, lubrificantes, graxas, vaselinas, espumas, soldas, lixas, brocas, lâminas, pilhas, baterias, esponjas, estopas, panos, pincéis, escovas e todos os produtos de limpeza e proteção, gás refrigerante, entre outros), locação de andaimes e equipamentos de segurança, sempre que preciso, necessários à prestação integral, tempestiva e adequada dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em conformidade com especificações de fabricantes dos equipamentos, normas técnicas e de segurança e demais condições constantes deste Termo de Referência. A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

6.7. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, no Termo de Referência e seus anexos. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

6.8. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6.9. A execução dos serviços será realizada após emissão de ordem de serviço, conforme descrito neste termo.

6.10. Os serviços deverão respeitar às normas e aos princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

6.11. Os serviços de manutenção serão padronizadas através do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, do sistema de climatização da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, elaborado conforme a Lei nº 13.589/2018, Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde, e recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

6.12. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente os cronogramas de manutenção preventiva e corretiva definidos no PMOC, executando as atividades com a periodicidade estabelecida (mensal, trimestral, semestral e anual), utilizando materiais e produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde.

6.13. As atividades a serem executadas incluem, mas não se limitam a:

- a) Limpeza e substituição de filtros;
- b) Verificação e correção de vazamentos;
- c) Lavagem e inspeção de evaporadores, bandejas e condensadores;
- d) Testes elétricos e medições de corrente, tensão e temperatura;
- e) Avaliação do estado de conservação de gabinetes, isolamento e vedação;
- f) Lubrificação de componentes mecânicos e eliminação de ruídos anormais.

6.14. Todas as intervenções realizadas deverão ser registradas por meio de ordens de serviço individualizadas por equipamento, contendo data, identificação do ambiente, descrição técnica do serviço, responsáveis e registros fotográficos do antes, durante e após a execução, conforme modelo constante no PMOC.

6.15. A CONTRATADA deverá manter controle histórico de todos os serviços executados e apresentar mensalmente à fiscalização relatório técnico detalhado, inclusive sobre manutenções corretivas eventualmente realizadas.

6.16. Em caso de falha nos equipamentos ou necessidade de atendimento emergencial, a CONTRATADA deverá ser acionada imediatamente e deverá adotar as providências corretivas no menor prazo possível, observando o disposto no PMOC e comunicando à fiscalização sobre as providências adotadas.

6.17. A não observância das condições estabelecidas nesta cláusula e no PMOC poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais, conforme previsto no instrumento convocatório.

7. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A entrega e a execução dos serviços de manutenção dos objetos previstos neste Termo deverão ser realizadas na sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre, situada na Av. Nações Unidas, nº 2604, Bairro 7º BEC, CEP 69.918-093, bem como nos Núcleos e Escritórios Locais vinculados.

7.2. Ressalta-se que os endereços completos das demais unidades descentralizadas estarão devidamente especificados na respectiva Ordem de Serviço (OS), a ser emitida pela Administração.

7.3. Os serviços deverão ser prestados considerando o horário de expediente compreendido entre 7h00 e 14h00, em dias úteis, podendo, excepcionalmente, haver ajustes mediante prévia autorização da Administração,



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

conforme a necessidade do serviço.

8. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. O objeto quem parte da presente contratação será recebido:

8.2. **Provisoriamente:**

8.2.1. Provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e o Plano de Manutenção e Controle de Operações - PMOC;

8.2.2. O objeto seja serviço ou fornecimento de peças, poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Plano de Manutenção e Controle de Operações, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada (se outro prazo não for descrito na notificação), às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento, até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3. **Definitivamente:**

8.3.1. O Gestor do Contrato deverá providenciar no prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento provisório do objeto ou serviço, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e do Plano de Manutenção e Controle de Operações - PMOC, uma vez verificado o atendimento integral das especificações contratadas, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a) Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Empresa contratada, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c) Comunicar a empresa contratada para que emita a NFe, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- d) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.3.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.3.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.4. Somente os Fiscais de Contrato, poderão realizar o recebimento dos produtos, ressalvados os casos de indicação formal de fiscal de contrato substituto.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Sem prejuízo das demais documentações exigidas em lei, a proponente deverá apresentar:

9.2. Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

9.3. O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.

9.4. Conforme art. 67, III da Lei 14.133/2021, será exigido a apresentação da Declaração que

"III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos."

10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

10.1. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

"§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação."

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE as estabelecidas na minuta do contrato, anexa ao presente processo administrativo:

11.2. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, fornecimento de peças (quando for o caso) no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.3. Receber o serviço conforme as condições estabelecidas no Contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

- 11.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes no Contrato para fins de aceitação;
- 11.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor, especialmente designado;
- 11.7. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 11.8. Apurar o preço de mercado das peças, componentes e acessórios, caso haja a necessidade de reposição nos aparelhos em manutenção, através de pesquisa em pelo menos 2(dois) fornecedores, avaliando assim os preços apresentados pela CONTRATADA, a qual o percentual de desconto ofertado será aplicado ao valor da média encontrada após a coleta apresentada pelo fornecedor e demais coletas apresentadas pela CONTRATANTE em um prazo de até 3 (três) dias úteis.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Constituem obrigações da CONTRATADA as estabelecidas na minuta do contrato, anexa ao presente processo administrativo.
- 12.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço, e ainda:
- 12.3. Ressarcir a CONTRATANTE dos prejuízos que possam advir nos casos de comprovação de serviços de má qualidade;
- 12.4. Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, executando os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- 12.5. Zelar pela guarda dos equipamentos, responsabilizando-se por quaisquer danos ocorridos aos mesmos;
- 12.6. Prestar, durante a execução dos serviços, toda assistência técnica, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro do prazo estabelecido, por meio de uma equipe de profissionais devidamente treinados para execução dos serviços elencados neste Termo de Referência;
- 12.7. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.9. Fornecer, às suas expensas, todos os equipamentos e ferramentas recomendados, especializados e legalizados, e os materiais de limpeza, de lubrificação, para eliminação de corrosão, tinta, gás refrigerante para



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

recarga, dentre outros materiais de consumo necessários à plena e perfeita execução dos serviços, visando o bom funcionamento e à boa conservação dos equipamentos e seus componentes;

12.10. Dispor de mão-de-obra especializada suficiente para o atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por qualquer motivo;

12.11. Executar os serviços contratados somente com prévia autorização da CONTRATANTE; Indicar e manter atualizado números de telefones, endereço de e-mail e nome do contato, com competência para manter entendimentos e receber comunicações acerca do objeto do contrato;

12.12. Não utilizar mão de obra de terceiros sem expressa e prévia autorização da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato;

12.13. Encaminhar, junto com as notas fiscais, os relatórios de manutenção preventiva e corretiva, referente aos serviços realizados e/ou fornecimento de peças;

12.14. É obrigação da CONTRATADA a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

12.15. Os serviços deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de proporcionar qualidade aos serviços, bem como preservar a integridade dos funcionários e a garantia dos equipamentos;

12.16. Os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente uniformizados e identificados nas dependências da CONTRATANTE, assim como fazer uso de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) necessários a execução dos serviços, isentando a CONTRATANTE de responsabilidade na ocorrência de sinistros na execução do serviço. A CONTRATADA deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

12.17. A CONTRATADA não se eximirá da responsabilidade da existência de defeitos, quebras e problemas advindos da inadequada prestação dos serviços e o fornecimento de peças, assumindo a responsabilidade de sanar as irregularidades na forma do Código de Defesa do Consumidor;

12.18. A CONTRATADA se obriga a reparar/refazer às suas custas, em prazo a ser acordado com a CONTRATANTE, todos os serviços e peças que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades constatadas pela CONTRATANTE; A CONTRATADA deverá atender às legislações, normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho, estabelecidas nos dispositivos legais federais, estaduais e municipais pertinentes durante a execução dos serviços.

13. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

13.1. Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, os itens exclusivos que estão estimados em valores iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados à participação exclusiva das microempresas ou empresas de pequeno porte, fundamentada no inciso I do art.48 da referida Lei.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

13.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de enquadramento na referida situação para que possam ser adotadas as normas pertinentes às licitações estabelecidas na Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

13.2.1. Se o valor estimado da contratação ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a licitação não terá itens destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, tornando o processo de ampla disputa.

14. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

14.1. A fim de atender a disposição do Art. 94, V do Decreto 11.363/2023, será vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio no presente procedimento licitatório, visto não se tratar de objeto de alta complexidade ou de grande vulto econômico.

14.2. A vedação não limitará a competitividade do certame, uma vez que a participação de consórcios é recomendável quando o objeto for considerado “de alta complexidade ou vulto”. Nesse aspecto não há justificativa a participação de empresas em consórcios no presente objeto.

14.3. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade ou de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, uma vez que permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam disputar entre si, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

15. VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1. A vigência contratual será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O Contrato será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias úteis Contados a partir da data de convocação para assinatura, conforme estabelecido no edital da licitação e na legislação aplicável.

15.3. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

16. VIGÊNCIA DA PROPOSTA

16.1. O prazo de validade da proposta é fixado em 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

17. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme dispõe o art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

17.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias úteis Contados a partir da data de convocação para assinatura, conforme estabelecido no edital da licitação e na legislação aplicável.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

17.3. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

18. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Fica autorizada adesão à Ata de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico, nos termos do art. 334 do Decreto Estadual 11.363/2023.

18.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições estabelecidas no art. 335 do Decreto Estadual nº 11.363/2023:

- I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III - consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

18.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.4. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

18.5. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

- I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e
- II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

18.6. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II do caput, desde que:

- I - seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto estadual; e
- II - seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no Decreto nº 11.363/2023.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

18.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

18.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

18.9. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

18.10. Exaurido o saldo destinado aos órgãos e entidades participantes, poderá ser solicitada ao órgão ou entidade gerenciadora a utilização do quantitativo passível de adesão, desde que haja concordância da detentora.

18.11. A utilização de saldo destinado à adesão conforme descrito no item anterior somente poderá ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos e entidades participantes, considerando-se os quantitativos de itens ou lotes espelhados, salvo quando, justificadamente, houver necessidade de manutenção da uniformidade contratual.

19. QUANTITATIVO

19.1. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre, não estará obrigada a contratar os quantitativos dispostos neste Termo de Referência, devendo a contratação ocorrer de acordo com a sua necessidade;

19.2. Os quantitativos que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em ATA para suprir qualquer eventualidade, quando necessário.

20. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 13.303/2016, Regulamento próprio de Licitações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre – Emater/AC (Resolução n.º 01/2024, de 15 de abril de 2024) e demais normas correlatas, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

20.6. **FISCAL DO CONTRATO**

20.7. São atribuições do fiscal de contratos, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, Lei nº 13.303/2016, Regulamento próprio de Licitações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre – Emater/AC (Resolução n.º 01/2024, de 15 de abril de 2024) e demais normas correlatas, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

20.8. I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

20.9. II - juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

20.10. III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

20.11. IV - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

20.12. V - informar ao gestor de contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

20.13. VI - comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;

20.14. VII - adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras;

20.15. VIII - realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

20.16. IX - proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

20.17. X - determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

20.18. XI - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

20.19. XII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

- 20.20. XIII - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 20.21. XIV - emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;
- 20.22. XV - verificar a correta aplicação dos materiais;
- 20.23. XVI - requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- 20.24. XVII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso; e
- 20.25. XVIII - propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades.
- 20.26. **GESTOR DO CONTRATO**
- 20.27. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos.
- 20.28. I - solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;
- 20.29. II - Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;
- 20.30. III - indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;
- 20.31. IV - dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
- 20.32. V - quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- 20.33. VI - acompanhar a execução do cronograma físico - financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;
- 20.34. VII - analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico - financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;
- 20.35. VIII - observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário -financeiro;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

- 20.36. IX - decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;
- 20.37. X - quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- 20.38. XI - analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- 20.39. XII - tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- 20.40. XIII - exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- 20.41. XIV - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- 20.42. XV - emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;
- 20.43. XVI - acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 20.44. XVII - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;
- 20.45. XVIII - receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico financeiro do contrato;
- 20.46. XIX - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;
- 20.47. XX - preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e
- 20.48. XXI - inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.

21. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 21.1. O pagamento será efetuado até o 30 (trinta) dia contado a partir do recebimento definitivo mediante emissão da nota fiscal, devidamente atestada por servidor responsável pela Diretoria Técnica da EMATER-ACRE, acompanhada das Certidões:
- 21.2. Certidão negativa de débito Municipal; Certidão negativa de débito Estadual; Certidão negativa de débito Conjunta da Receita Federal; Certidão negativa de débito do FGTS Certidão negativa de débito Trabalhista
- 21.3. As notas fiscais/faturas deverão ser preenchidas em nome da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre - EMATER/AC, inscrita no CNPJ nº 04.044.244.0001-27.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

- 21.4. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo será iniciada a partir da nova data de entrega no protocolo do CONTRATANTE.
- 21.5. Os valores a serem pagos pelo CONTRATANTE corresponderão exclusivamente ao que for comprovadamente entregue pela CONTRATADA.
- 21.6. A cada pagamento a empresa CONTRATADA deverá juntar à sua nota fiscal, as certidões de regularidade fiscal que lhes serão exigidas na habilitação para participação do certame licitatório.
- 21.7. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, número da agência e o número da conta em que será efetivado o crédito. A (s) empresa (s) vencedora (s) do processo licitatório deverá (ão) efetuar (em) o cadastro de credor na Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Acre - SEFAZ, para fins de empenho/pagamento.
- 21.8. Além disso, deverá (ão) efetuar o cadastro no Sistema Eletrônico de Informação – SEI Externo do Estado do Acre.

22. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 22.1. Os preços contratados poderão ser revistos, a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;
- 22.2. A revisão dos preços poderá ser iniciada:
- 22.3. Pela Emater, nos casos em que for verificada a redução do preço praticado no mercado ou em decorrência de redução de carga tributária ou de estudos técnicos elaborados internamente; Pela contratada, mediante solicitação a EMATER devendo apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:
- 22.4. a) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos;
- 22.5. b) Cópia autenticada em cartório ou original da(s) nota(s) fiscal(is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço;
- 22.6. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado;
- 22.7. Os preços revisados não poderão conter aumento da margem de lucro inicialmente pactuada;
- 22.8. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros da data da solicitação da contratada, sendo vedado o pedido de revisão com efeito retroativo;
- 22.9. Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

23.1. A Contratada ficará sujeita às sanções previstas no Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023.

23.2. As possíveis sanções aplicadas a empresa, terá como base no Decreto Estadual nº 11.363, também aos dispositivos constantes na Lei nº 14.133/2021, artigo 156º:

a) Advertência

A advertência é uma sanção mais branda e consiste em uma cobrança formal, com o objetivo de alertar o licitante ou contratado sobre o descumprimento de uma obrigação contratual ou de licitação. Ela é usada para situações menos graves. Fundamento: Art. 156, §2º.

b) Multa

A multa é uma penalidade financeira que pode ser aplicada em caso de descumprimento das obrigações contratuais ou licitatórias. A lei estabelece que a multa pode ser: Multa por inadimplemento: quando o contratado não cumpre as obrigações acordadas no contrato. Multa por infração: quando há infração de disposições da licitação ou do contrato, com valores definidos no edital ou no próprio contrato.

c) Suspensão Temporária de Participação em Licitações

A suspensão temporária impede o licitante ou contratado de participar de futuras licitações e de celebrar contratos administrativos com a Administração Pública por um período determinado. Esta sanção pode ser aplicada nos seguintes casos: Quando houver falhas graves no cumprimento do contrato. Quando o contratado demonstrar comportamento inadequado que prejudique a execução de outros contratos ou licitações. Fundamento: Art. 156, §4º.

d) Declaração de Inidoneidade

A declaração de inidoneidade é uma das sanções mais graves. Ela impede o licitante ou contratado de firmar novos contratos com a Administração Pública, seja de forma direta ou indireta, por um período indefinido ou até que haja a regularização de sua situação. Essa sanção pode ser aplicada nos casos em que o licitante ou contratado tenha praticado fraude, corrupção, ou outras irregularidades graves que comprometam sua idoneidade. Fundamento: Art. 156, §5º.

24. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

24.1. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

24.2. Será admitida a subcontratação parcial para o objeto a ser contratado.

24.3. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

24.4. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

24.5. **DA AMOSTRA**

24.6. A critério da autoridade competente, não será exigida a apresentação de amostras

25. CONSIDERAÇÕES GERAIS

25.1. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, etc., correrão por conta da Contratada;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000002/2026

25.2. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

25.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

Elaborado por:

RYNALDO LUCIO DOS SANTOS
Diretor Presidente da EMATER-AC
Decreto nº 779-P/2023

CLEOMAR FREIRE GOUVEIA JUNIOR
Chefe Departamento de Gestão Administrativa e Financeira
Portaria nº 11/2024



Documento assinado eletronicamente por **CLEOMAR FREIRE GOUVEIA JUNIOR**, em 13/05/2026, às 09:10, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **RYNALDO LUCIO DOS SANTOS**, em 13/05/2026, às 10:26, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP37154D A8B4948A 8966051B 6448322F** e código CRC **03B6C0**